

## Perfil do quadro discente de Serviço Social no Brasil: um estudo de caso

João Bôsko Hora Góis<sup>1</sup>  
jbhg@uol.com.br

**Modalidade de trabalho:** Resultado de investigação.  
**Eixo temático:** Desafios para a formação profissional na América Latina e Caribe.  
**Palavras-chave:** formação profissional – serviço social – diferenças sociais

### 1 – Introdução

A formação em serviço social no Brasil enfrenta inúmeros desafios de caráter político e teórico-metodológico. Obviamente que ao longo das últimas décadas foram sendo estabelecidas, com um alto grau de consenso nos meios acadêmicos, diretrizes básicas para a formação dos assistentes sociais. Tais diretrizes foram traduzidas em currículos e plasmaram-se no plano legal quando das discussões sobre as atribuições e interdições dos assistentes sociais na operação dos direitos sociais. Apesar disso, a formação profissional em serviço social é, como deve mesmo ser, um debate “aberto” e inconcluso, o qual requer constantes atualizações conceituais. Ele requer o enfretamento de problemas pedagógicos relacionados ao como produzir e reproduzir conhecimento acadêmico junto a um alunado cujo perfil sócio-econômico e cultural é, nas universidades públicas nacionais, em grande medida, diferente da maior parte do corpo discente de outros cursos. Em função disso, a formação em serviço social tem que responder ao desafio de atuar junto a um conjunto de estudantes cujo capital cultural individual, familiar e comunitário geralmente não foi produzido de acordo com as expectativas e estrutura do mundo acadêmico.

Esse desafio, ainda não superado, mostra a experiência, tem colocado significativos problemas às práticas pedagógicas. De um lado, por exemplo, professores se defrontam com dificuldades de comunicação com os alunos em função do manuseio de conjuntos vocabulares diferenciados. De outro, muitos alunos sentem-se inibidos (e, às vezes, intimidados) ao se defrontarem com exigências acadêmicas e a implicações financeiras que muitas delas implicam.

As especificidades do corpo discente das escolas da nossa profissão devem constituir uma das balizas na discussão sobre o processo de formação das futuras

---

<sup>1</sup> Professor Associado da Universidade Federal Fluminense. Brasil. Pesquisador do CNPq. Ponencia presentada en el XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional.** Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4-8 de octubre 2009.

gerações de assistentes sociais. Para tanto, contudo, é necessária a produção de conhecimento mais específico sobre o seu perfil e a elaboração, a partir dele, de estratégias de ensino e ação política.

Com o objetivo de contribuir para essa produção examinamos as características sócio-econômicas e culturais de quase 700 alunas/os do curso de serviço social da Universidade Federal Fluminense - UFF. Os dados para o exame aqui proposto foram extraídos do “Censo Étnico-Racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Mato Grosso” (Brandão e Teixeira, 2003) produzido pelo Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira – PENESB. A produção deste censo se deu a partir da aplicação de questionários junto a quase onze mil alunos de toda aquela universidade e gerou um banco de dados contendo informações sobre o tipo de escola – pública ou privada – freqüentada pelos alunos nos ensinos fundamental e médio, auto-declaração de cor, escolaridade dos pais e mães, renda familiar, religião, estado civil, local de moradia, ocorrência de episódios de discriminação racial nos diferentes níveis de ensino, número de vestibulares feitos, etc. Vale ressaltar que o censo não foi estruturado com vistas a produzir análises específicas sobre o perfil do alunado de serviço social. Portanto, as reflexões aqui feitas sobre essa questão são marcadas por limitações impostas pelos dados disponíveis. Tais reflexões são também limitadas pelo espaço disponível para este trabalho, o qual não permite a apresentação de características relevantes do alunado de serviço social a exemplo de filiação religiosa, posição no domicílio, número de vestibulares realizados antes de ingressar, etc.

## **2 – Desenvolvimento**

Nessa seção apresentaremos algumas características do corpo discente do curso de serviço social da universidade estudada.

### **2.1 - Sexo**

Os dados mostram que cerca de 93 % do corpo discente de serviço social é composto de mulheres, enquanto no conjunto da universidade esse percentual é da ordem de 55,57%. Esse dado não é surpreendente posto que é consistente com a longa trajetória da profissão no Brasil. Ele é também consistente com as informações disponíveis sobre o perfil dos profissionais do serviço social coletadas em estudo recente do CFESS (2005). Em tal estudo observa-se que é a presença feminina entre os assistentes sociais com registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social é muito maior do que a masculina: 97% contra 3%.

O sexo não é uma variável irrelevante na análise das situações educacionais. Estudiosos de diferentes áreas têm mostrado que o sexo modela acesso, padrões de interação e oportunidades. Isso, em parte, está associado às percepções sobre o lugar da mulher no sistema educacional, no mercado de trabalho e na vida familiar como um lugar subordinado. Comparativamente aos outros cursos oferecidos pela UFF, observa-se que o alunado de serviço social, no que toca ao sexo, integra um conjunto mais amplo de discentes mulheres envolvidas na aprendizagem de fazeres profissionais tradicionalmente associados ao sexo feminino. Obviamente que há mulheres em todos os cursos da Universidade Federal Fluminense. Mais do que isso, sabemos que as mulheres hoje ocupam um maior número de vagas na estrutura universitária. Contudo, nesse contexto, cabe destacar que alguns cursos - biblioteconomia, enfermagem, letras, nutrição, pedagogia, psicologia - apresentam uma altíssima concentração feminina, semelhante àquela presente no curso de serviço social. Como veremos na próxima seção, esses cursos compartilham algumas características.

## **2.1 – Raça**

Outra característica do perfil do corpo discente do curso de serviço social a ser destacado é a raça. Assim como sexo, a raça é um fator relevante na modelação do acesso aos serviços sociais em geral e à educação pública em particular. Mais do que isso, raça é um fator determinante nas possibilidades mais amplas de inserção e sucesso em sociedades como a brasileira. Diferentes estudos têm mostrado que a pobreza em nosso país é modelada também pela cor da pele. Ou seja, sem negar os fatores estruturais que influenciam na reprodução das condições de privação, eles indicam que ser preto ou pardo colabora para a inclusão dos indivíduos destas cores - sempre majoritários entre os estratos sociais mais empobrecidos da nossa população - em situações de miserabilidade (Brandão, 2002 e 2003; Henriques, 2001). Mostram também que mesmo ao se tomar como unidade de análise apenas os pobres, os negros serão dentre estes ainda mais pauperizados do que os brancos.<sup>2</sup> Por fim, vale ainda ressaltar que eles apontam para um repetido processo de reprodução social no qual nascer negro relaciona-se diretamente com as probabilidades de se crescer, viver e morrer pobre (Jaccoud e Beghin, 2002).

Os dados disponíveis mostram que 30,1% de todo o corpo discente da UFF é composto de negros (pardos e pretos). No caso do curso de serviço social esse

---

<sup>2</sup> Analogamente, os negros mais ricos são sempre menos ricos do que os brancos mais ricos.

percentual é bem maior, pois cerca de 44% dos seus alunos são negros. Mais uma vez o curso aqui em análise pode ser associado a outros cursos nos quais a presença de negros é atipicamente superior à media geral da UFF. São eles: arquivologia, biblioteconomia, enfermagem, matemática e pedagogia.

Como se pode ver, muitos dos cursos nos quais há grande concentração de negros são os mesmos com grande concentração de mulheres. Isso chama a atenção para as interseccionalidades entre raça e gênero no processo de acesso ao ensino superior e como tal processo tem “alocado” mulheres e negros (e particularmente mulheres negras) nos cursos considerados de baixa valorização social.<sup>3</sup> Uma primeira característica desses cursos é a da formação de profissionais que geralmente estão em posição de relativa subordinação nas instituições onde atuam, a exemplo de enfermeiros, fisioterapeutas e assistentes sociais em ambientes hospitalares. Outra característica é a existência de questionamentos sobre a própria necessidade da existência da profissão, algo geralmente dado pelo desconhecimento das suas funções sócio-institucionais e das suas competências técnicas. Isso parece ocorrer, por exemplo, no caso da arquivologia, geralmente vista como ofício voltado para a simples organização de papéis e livros.<sup>4</sup> Percepções semelhantes estão associadas ao curso de serviço social uma vez que os seus profissionais são com frequência vistos, como em conhecida definição, como “a moça boazinha que o governo paga para ter pena dos pobres”. Vale também ressaltar que tratam-se aqui de cursos que tem a marca do “cuidar”, algo considerado mais apropriado para as mulheres.

São múltiplas as razões que modelam a grande concentração de estudantes pobres, mulheres e negros em cursos de menor valoração social. Um grupo dessas razões – de natureza mais cultural – é por nós examinada em outro trabalho (Góis, 2008). Na seqüência apresentaremos alguns dados relativos aos fatores mais objetivos que influenciam o ingresso dessas mulheres, e particularmente as de serviço social, em determinados cursos da UFF. O tipo de escola freqüentado é certamente um deles.

---

<sup>3</sup> A definição de cursos mais valorizados pode ser feita a partir de diferentes critérios. Um deles é a percepção consolidada no imaginário nacional de que certas carreiras e os portadores dos seus diplomas possuem uma função naturalmente relevante e são merecedores de melhores condições de trabalho e assalariamento. Outro critério para atribuição de valor social a um curso é a sua demanda contemporânea e conseqüente dificuldade de acesso a ele. Tal dificuldade se expressa, dentre outros indicadores, na relação candidato/vaga nos processos seletivos.

<sup>4</sup> Algo pouco surpreendente em um país no qual a preservação da memória não é valorizada.

## **2.2 – Tipo de escola: pública x privada**

Sabemos que a educação pública brasileira, ao longo das últimas décadas, passou a enfrentar inúmeras crises expressas em diferentes elementos. De um lado, pode-se apontar para o baixo assalariamento do professorado. No que pesem medidas recentes de superação desse quadro, a situação atual ainda é preocupante. Além das limitações impostas às condições gerais de bem-estar dos profissionais, os baixos salários terminam por incidir diretamente nas suas condições de desempenho profissional ao inibir que eles tenham acesso ao consumo de bens culturais essenciais e se apropriem de novas tecnologias educacionais e de informação. Ao lado disso encontram-se os problemas associados às condições infra-estruturais de trabalho – ausência de recursos didático-pedagógicos, insalubridade, periculosidade, etc – que também inibem o desempenho profissional de qualidade. Esses dois elementos emolduram um terceiro fator da crise da educação: a desvalorização no plano simbólico da figura do professor, agora destituído de seu tradicional status econômico mas também social. Esses, dentre inúmeros outros fatores, contribuem para uma crise profunda do setor expressa mais claramente no desempenho (baixo) e nas habilidades (poucas) dos alunos em diferentes avaliações nacionais. No curso desse processo deu-se a expansão do setor privado de ensino. Embora com inúmeras exceções, tal setor parece conseguir estabelecer-se como referência de melhor qualidade principalmente no ensino fundamental e médio.<sup>5</sup>

A existência de um amplo setor privado no campo da educação contribui, assim, para ampliar o já largo fosso social existente entre ricos e pobres nesse país, e, por extensão o fosso que separa brancos e negros, ricos e pobres. Estes últimos, situados nos estratos mais pobres da população, geralmente não podem ter acesso a educação fundamental e média de qualidade limitando assim as possibilidades de (escolhas) continuação dos estudos no nível superior em carreiras mais concorridas e/ou mais valorizadas. Em que medida esse raciocínio é válido para explicar a concentração de mais pessoas negras e pobres em serviço social é o que veremos a seguir. Para examinar melhor essa hipótese indicamos a seguir os tipos de escola – públicas ou privadas - onde os alunos desse e outros cursos estudaram.

Uma primeira questão em relação a isso diz respeito ao fato de que o conjunto dos alunos pesquisados, em sua grande maioria, estudou em escolas privadas tanto no

---

<sup>5</sup> No caso do ensino superior são as universidades públicas as que notadamente apresentam um melhor padrão de qualidade seja pelo seu investimento na formação de quadros docentes altamente qualificados seja pelas condições, ainda que suficientes, que propiciaram de realização de pesquisas.

ensino fundamental quanto no ensino médio. Tal dado sugere que a UFF, como as outras instituições públicas de ensino superior, tem majoritariamente atendido alunos das camadas médias e altas desse país. Apesar disso, há que se destacar as significativas diferenças internas entre os discentes dos seus diversos cursos. No ensino fundamental os percentuais dos alunos de direito, medicina e arquitetura, por exemplo, que estudaram em escolas privadas é de 76,0%, 79,0% e 78,4% respectivamente. Já o percentual para serviço social é bem mais baixo - cerca de 53% - e bem mais próximo do de cursos como arquivologia (36,6%), biblioteconomia (42,3%), e pedagogia (43,8%). Fenômeno semelhante é encontrado no que diz respeito ao ensino médio. Ali, 75,5% dos alunos de arquitetura, 72,5% dos alunos de direito e 74,4% dos alunos de medicina estudaram em escolas privadas. Já entre os alunos de serviço social, somente 53,5% o fizeram.

### **2.3 – Associação entre trabalho e estudo**

Certamente as melhores condições de ensino – bons professores, currículo adequado, ambiente educacional saudável, etc. – em parte proporcionados pelas escolas privadas podem constituir um diferencial importante na formação do capital cultural de alunos de cursos como medicina e direito e de alunos como os de serviço social.

Essa diferença também é produzida pelas situações nas quais se dá a necessidade de articular estudo e trabalho e as conseqüências disso em termos de uma melhor preparação para o ingresso e para a permanência no ensino superior. Observa-se em relação a isso que os alunos de serviço social apresentam um percentual mais alto do que os alunos de, por exemplo, direito, arquitetura, medicina, enfermagem, etc. As diferenças entre o curso de serviço social e vários outros da UFF se ampliam quando se examinamos os dados referentes à associação entre estudo na universidade e trabalho hoje. Enquanto em medicina, nutrição e odontologia 21, 2%, 24% e 26% dos seus alunos, respectivamente, trabalham enquanto fazem o curso superior, o percentual de serviço social é de cerca de 40% e o de pedagogia cerca de 65%. Esse dado destaca mais uma característica do alunado de serviço social e reforça que ele, geralmente, se insere e permanece no sistema universitário em condições de desvantagem em relação aos alunos de vários outros cursos.

### **2.4 - Escolaridade dos pais e das mães**

É generalizada hoje a percepção de que o processo de transmissão de conhecimento se dá em diferentes espaços sociais, dentre eles a família. Além disso,

sabe-se também que o volume de capital cultural que circula em uma dada família pode incidir diretamente na aquisição de competências intelectuais dos seus membros. Daí porque ao se examinar a inserção dos alunos de serviço social no ensino superior devemos indagar também como eles/elas se diferenciam dos alunos dos outros cursos em relação a um dos elementos essenciais dessa dinâmica: a escolaridade dos pais e das mães. Os dados disponíveis mostram que mais de 50% dos pais dos alunos de cursos como arquitetura, comunicação, direito, engenharia e medicina possuem curso superior completo. Já no caso dos alunos de serviço social esse percentual é de somente 19%. Essa diferença é mantida em relação às mães.

### **3 – Condições de permanência: trabalho atual, turno, bolsa e tipo de bolsa**

Se o acesso ao ensino superior é marcado por inúmeros percalços, a permanência nele é também uma tarefa complexa, mesmo em universidades federais como a UFF. Em tais universidades, a despeito da gratuidade do ensino, estudantes têm que fazer frente a uma série de despesas como transporte, alimentação e material didático. Em alguns cursos, principalmente aqueles com maior carga horária, como medicina e as engenharias, os gastos são ainda maiores. Ao mesmo tempo, em cursos como odontologia, a obrigatoriedade de compra de materiais eleva esses gastos enormemente. As estratégias para fazer frente a essas dificuldades vão diferenciar-se em natureza e extensão entre os alunos dos diferentes cursos.

Uma dessas estratégias é obtenção de bolsas. Antes de avançar nessa discussão é necessário indicar as características de cada um dos tipos de bolsa oferecidos pela UFF à época da realização do senso:

**Bolsa de iniciação científica** - Duração de um ano, renovável pelo número de anos em que o aluno permanecer matriculado em curso de graduação, não sendo o pagamento descontinuado nos períodos de férias e recesso; a seleção era regulada por edital, mas o professor podia indicar quem lhe aprovasse; os critérios de seleção eram definidos por cada professor de acordo com as suas necessidades, sendo o coeficiente de rendimento do aluno geralmente considerado como um critério importante; as atividades incluíam leitura de textos acadêmicos, coleta e análise de dados, preparação de textos científicos e apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos.

**Bolsa de monitoria** - Duração de dois semestres letivos, havendo interrupção do pagamento nos períodos de férias e recesso escolar; a seleção era regulada por edital,

sendo aberta a todos os estudantes qualificados; as atividades desenvolvidas incluíam leitura e seleção de textos, exposição de trabalhos, apoio ao professor em sala de aula, etc.

**Bolsa de extensão** - Duração de dois semestres letivos, havendo interrupção do pagamento nos períodos de férias e recesso escolar; a seleção era regulada por edital, mas o professor podia indicar quem lhe aprovesse; as atividades desenvolvidas incluíam leitura de textos, participação em atividades comunitárias, apresentação de trabalhos científicos, etc.

**Bolsa-treinamento** - Duração de 12 meses, não sendo o pagamento descontinuado nos períodos de férias e recesso; a seleção era feita a partir de critérios sócio-econômicos; as atividades desenvolvidas incluíam apoio administrativo em diferentes setores da UFF.

Como se pode ver, as variações entre as bolsas não são apenas de nomenclatura. A rigor, é possível classificá-las e hierarquizá-las de acordo com a sua maior ou menor proximidade com as funções-fim - ensino, pesquisa e extensão - da universidade. Assim, a bolsa de iniciação científica, acompanhada pela bolsa de extensão e pela de monitoria, está no topo da escala, enquanto a bolsa de treinamento está situada na posição mais baixa da escala. Ainda sobre a bolsa treinamento, vale destacar os traços estigmatizantes associados a ela porque revela, em um meio altamente elitizado, a 'incapacidade' de um/a dado/a aluno/a e de sua família em se manter sem o auxílio de um programa assistencial. As variações entre os cursos mais e menos valorizados no que diz respeito ao número de bolsas apropriadas por cada um deles é pequeno. Assim, por exemplo, enquanto 12% dos alunos de comunicação e 13% dos de medicina possuem algum tipo de bolsa, 15% dos alunos de serviço social e 11% dos de pedagogia também possuem. Essa similaridade se desfaz quando examinamos os tipos de bolsas que os alunos dos diferentes cursos detêm. No que toca à bolsa de iniciação científica (a mais concorrida e de mais difícil acesso), observa-se que alunos de cursos mais valorizados (arquitetura, medicina, engenharia, comunicação, etc.) têm pelo menos o dobro ou triplo de bolsas do que alunos de serviço social. Essa situação se altera substancialmente no que tange à bolsa-treinamento. Neste caso verifica-se que a diferença entre os alunos de serviço social e aqueles de, por exemplo, direito, é superior a 800%.



Como se vê, os alunos dos cursos de maior valoração social detêm as bolsas de maior valoração (monitoria, iniciação científica e extensão). Essas bolsas são importantes para a qualidade do trânsito de alunos, principalmente aqueles mais pobres, na universidade pelo subsídio financeiro que fornecem. Ao mesmo tempo, pelo caráter de mérito acadêmico associado a elas, também agregam ao aluno um status que o diferencia dos seus pares ressaltando a singularidade das suas capacidades intelectivas. Por fim, em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, essas bolsas podem ser importantes no aumento das possibilidades de inserção profissional assim como em um acesso mais rápido ao sistema de pós-graduação. Inversamente, alunos de curso de menor valoração como serviço social estão muito mais concentrados na bolsa mais estigmatizada e que pode oferecer menor contribuição para a formação profissional. Em certo sentido, esses dados refletem a divisão sócio-técnica do trabalho que designa para os mais ricos e brancos as atividades intelectuais e para os mais pobres e negros aquelas mais manuais que demandam pouca qualificação.

#### **4- Conclusões**

A universidade pública brasileira é ainda sabidamente uma instituição elitista que historicamente tem servido muito mais aos membros das camadas média e alta da nossa sociedade. Isso, em parte, deriva do seu sistema de seleção e do volume ainda pequeno de esforços despendidos para que estudantes das camadas populares possam dela se beneficiar. Tais estudantes geralmente nela ingressam com um capital cultural e com histórias sócio-econômicas as quais nem sempre se coadunam com o modo como a universidade está estruturada. Essa parece ser a experiência de alunos de cursos como o serviço social. Tais alunos, mostram os dados disponíveis, e comparação a alunos de diversos outros cursos, são mais pobres, são filhos e filhas de pais de menor escolaridade, moram em bairros mais distantes, precisaram e precisam com maior frequência trabalhar e estudar, etc. Ao mesmo tempo se apropriam menos dos poucos recursos que a universidade dispõe para o incremento da aprendizagem, a exemplo das bolsas de iniciação científica. A superação desse quadro requer investimentos políticos, financeiros e pedagógicos que permitam que a experiência de estranhamento dos alunos pobres não se transforme em um fator de exclusão. Para tanto é importante conhecê-los melhor.

## 5 - Referências

BRANDÃO, André Augusto Pereira. Os novos contornos da pobreza urbana: espaços sociais periféricos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. "Raça, demografia e indicadores sociais". In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). Relações raciais e educação: novos desafios. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 34-53.

\_\_\_\_\_; TEIXEIRA, Moema de Poli (Orgs.). Censo Étnico-Racial da UFF e da UFMT. Niterói: EDUFF, 2003.

CFESS. Assistentes Sociais no Brasil: elementos par ao estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

GOIS, João Bôsco Hora. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. *Revista Estudos Feministas*.. 2008, vol.16, n.3, pp. 743-768 .

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 807).

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.